

Valorizar e fortalecer o Ministério do Trabalho e Emprego

Diversos são os indícios e demonstrações do enfraquecimento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) ao longo das últimas décadas. Entre eles, o déficit relativo à fiscalização. Segundo levantamento, hoje o País conta com 3 mil auditores, o que significa um para cada 3 mil empresas, num universo de uma População Economicamente Ativa (PEA) que ultrapassa os 100 milhões. Em 1994, eram 5.000 auditores para uma PEA de 40 milhões. Soma-se à escassez de quadros, a falta de estrutura administrativa e recursos para cumprir obrigações legais.

Essa precariedade colabora para o desrespeito à legislação, a informalidade e também para o aumento do número de acidentes de trabalho. Nesse setor, carece de melhorias a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro), antes um centro de referência, hoje desprestigiada.

Ao longo dos anos, o MTE perdeu importantes prerrogativas como a de determinar o orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que passou a ser submetido ao Ministério do Planejamento. Isso resultou em cortes, diminuindo a sua importância.

A pasta também teve reduzida a sua participação na formulação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), hoje alocado no Ministério da Educação e sem abertura à participação dos trabalhadores por meio de grupos ou comissões tripartites.

Esses são alguns exemplos que indicam um quadro preocupante cuja reversão defendemos veementemente. Em primeiro lugar, é preciso que a Pasta seja fortalecida do ponto de vista orçamentário e institucional, o que significa dotar-lhe dos recursos necessários para o desempenho de suas funções, dentre elas e principalmente a inspeção do trabalho.

Outro ponto fundamental é restabelecer sua soberania sobre as questões de sua responsabilidade no âmbito das relações do trabalho, da saúde e segurança, do registro sindical, além de assumir papel relevante no debate sobre programas de geração de emprego e renda, inclusive os relativos à economia solidária, e a luta pelo trabalho decente.

Merece ação destacada do MTE o combate à rotatividade no emprego que ultrapassa dos 50% no Brasil, conforme estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Além de ser fator de instabilidade para o trabalhador, isso significa rebaixamento salarial e impedimento de formação profissional e gera demanda potencial ao seguro-desemprego e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

No que diz respeito à intermediação de mão de obra, outra função de grande relevância, é essencial reestruturar o sistema que tem uma série de dificuldades, demandando investimentos para tornar-se eficaz. Mais de 80% da alocação não passa pelo MTE, que assim se afasta da tarefa imprescindível que o País tem hoje de incluir no mercado de trabalho a população fora dele, notadamente os jovens e os mais pobres, com oferta de formação e emprego decente.

Cabe também ao MTE na área da qualificação profissional e da educação continuada, protagonismo no sentido de indicar a demanda existente, segundo trabalhadores e empresas. Tal atividade tem papel preponderando ao desenvolvimento nacional, tendo em vista a necessidade crescente de capacitação, sobretudo para as novas atividades da economia do século XXI.

Por fim, acreditamos ser essencial que o MTE assuma essa nova postura, recuperando seu protagonismo. Este será também o caminho para conquistarmos a centralidade do trabalho no nosso desenvolvimento socioeconômico, incluída aí importância da mão de obra brasileira, o que se estende aos profissionais de formação universitária, parte integrante e essencial de qualquer projeto de nação.